



HISTÓRICO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

MAIS DE CINCO SÉCULOS AO SERVIÇO DOS MAIS CARENCIADOS

1 – Evolução da assistência social do Século XII ao Século XV

Na segunda metade do século XV, como no resto da Europa, a sociedade portuguesa encontrava-se em profunda mudança, resultante da transformação dos costumes medievais, das cruzadas e da revolução comunal do século XII.

As viagens marítimas e os descobrimentos estavam então no seu auge. Os homens válidos desertavam as suas terras para embarcarem nessa aventura e não mais voltarem ou, com frequência, regressarem desiludidos, enfermos e com sérias dificuldades de reinserção.

Além de tudo isso, o comércio com os novos mundos permitiu que muitos membros da nobreza e sobretudo da burguesia, em plena expansão, acumulassem enormes riquezas num curto espaço de tempo, agravando assim as desigualdades já existentes.

Simultaneamente, nas cidades, nas vilas e nas aldeias do Reino aumentava o número de famílias abandonadas, de estropiados, de órfãos, de idosos abandonados, de pobres, de enfermos e de errantes, sofredores de todo o género de privações, ao lado da opulência arrogante de alguns, na maioria dos casos indiferentes ao sofrimento alheio.

As organizações caritativas tradicionais, que muito tinham contribuído para aliviar as carências sociais e prestar cuidados de saúde aos mais desfavorecidos, enfrentavam graves dificuldades para fazer face às necessidades, tanto mais que certos membros da nobreza e do clero procuravam açambarcar os seus bens.

Em tais circunstâncias, impunha-se uma reforma de todo o sistema de auxílio aos mais carenciados, tanto mais que, nesses tempos, estávamos longe da existência dum sistema de Segurança Social. Essa reforma fez-se progressivamente, em fases sucessivas, e por vezes complicadas.

2 – Fundação das Misericórdias

Foi nesse contexto, com intuito reformador que, no dia 15 de Agosto de 1498, há mais de 500 anos, foi criada a primeira Misericórdia Portuguesa, a de Lisboa.

A iniciativa deve-se à rainha D. Leonor, na altura viúva do rei D. João II e regente do Reino.

O principal objectivo é a prática das 14 obras de Misericórdia que, no final de contas, englobam todos os domínios da acção social, quer de ordem material, quer moral.

Refira-se que as obras de misericórdia corporais (dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, vestir os nus, dar pousada aos peregrinos, assistir os enfermos, visitar os presos e enterrar os mortos), são as mais visíveis e mais compreensíveis, até porque se traduzem em acções visíveis, que se podem contabilizar.

As espirituais (dar bom conselho, ensinar os ignorantes, corrigir os que erram, consolar os ristes, perdoar as injúrias, sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo e rogar a Deus pelos vivos e defuntos), apreendem-se com maior dificuldade, porque são mais de ordem moral e espiritual.

São componentes essenciais das Misericórdias a universalidade, a solidariedade e a cooperação fraterna, no respeito da identidade própria de cada um. Fazer o bem sem em troca esperar recompensa, socorrer os mais desamparados, provocar a busca das principais desigualdades e carências, bem como das respectivas causas, contribuindo para a adopção de soluções satisfatórias e justas, são atributos das Misericórdias que não conhecem fronteiras de raças, nem de classes, nem de credos, nem de territórios, nem de origens, nem de ter mas sim de ser, na dignidade.

O seu campo de acção é a terra inteira e o seu público alvo é o Homem necessitado, o próximo que sofre, que teve menos sorte e que, como ser humano e cidadão, tem direito a uma existência condigna. É a “*globalização*”, é a “*mundialização*” bem entendidas e cujas prioridades são a partilha, a atenção ao semelhante e o altruísmo, em oposição absoluta com a interpretação ultraliberal destes dois conceitos que erige como padrão a finança e o lucro sem limites, ao serviço dos interesses dum número reduzido de indivíduos, em desproveito da maioria.

As Misericórdias são instituições caritativas que calaram fundo na alma cristã do Povo Português que, depressa, as apelidou de “*Santas Casas*”, em vista da acção desenvolvida, com o propósito de socorrer generosamente o próximo carecente do mínimo vital.

3 – Propagação das Misericórdias

Com a protecção régia e o apoio da Igreja, as Misericórdias espalharam-se rapidamente pelas principais cidades e vilas do Reino, tendo como modelo a de Lisboa.

Logo, em 1499, foram fundadas as do Porto, de Évora e de Angra do Heroísmo. No ano seguinte, foi a de Coimbra. Em 1524, eram 60 em Portugal e 100 em 1580. Hoje, são cerca de 400 e constituem uma rede de solidariedade que cobre todo o território nacional.

A preocupação de prestar auxílio aos pobres e desamparados depressa levou à implantação de Misericórdias nos territórios descobertos pelos nossos antepassados, associando humanismo cristão e solidariedade ao serviço da fraternidade universal do Homem.

Entre 1515 e 1520, foi criada a Misericórdia de Goa na Índia, em 1543 a de Santos no Brasil, em 1569 a de Macau na China e em 1576 a de Luanda. Em seguida, foram criadas muitas mais e ainda existem muitas centenas através do mundo, sobretudo em Portugal e no Brasil.

Mais recentemente, foi criada a Santa Casa da Misericórdia de Paris em 1994 e logo a seguir, em 1996, a do Luxemburgo.

Em Portugal, as Misericórdias constituem a mais importante instituição de solidariedade social e, nestes anos de crise, têm uma função preponderante na ajuda aos muitos milhares de pessoas que dela precisam, contribuindo assim para minorar o seu sofrimento.

Em Portugal, mas também em França, as misericórdias têm muito trabalho à sua frente.

Aníbal de Almeida

Paris, 14 de junho de 2014